

# ABTU, 20 ANOS. A UNIVERSIDADE CONQUISTA A TELEVISÃO.

Gabriel Priolli, Cláudio Magalhães e Fernando Moreira<sup>1</sup>

Era outubro de 1997 quando cerca de 150 educadores e educandos desembarcaram na Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Estavam empolgados com os pouco mais de dois anos da nova Lei da TV a

dantes, gestores educacionais, enxergavam uma oportunidade de aplicar nas telas a verdadeira amálgama idealizada da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Começava o I Fórum Brasileira de Televisão Universitária

que instituiu a televisão educativa no país. A primeira emissora desse tipo foi a TV Universitária de Pernambuco, inaugurada em Recife no ano seguinte (Fradkin, 2003). A partir daí, emissoras ligadas às instituições de ensino

Assembleia de Fundação da ABTU: São Paulo, 2000



Cabo (Lei 8.977/95) (BRASIL, 1995), que abriu a porteira para um boom de televisões universitárias. Tratando-se de uma comunidade acadêmica, nada mais natural o desejo de se encontrar para conhecer as experiências dos outros, e replicá-las em outros ambientes, como prega o bom método científico. Era certo que professores, estu-

(De Carli, Tretin, 1997), onde foi concebida a criança que nasceria dali três anos: a Associação Brasileira de Televisões Universitárias, a ABTU.

Sabe-se que a TV Universitária não começou com a Lei da TV a Cabo, mas com um instrumento anterior, o Decreto-Lei 236, de 1967 (BRASIL, 1967),

superior (IES) começaram a pipocar pelo país, em sinal aberto. No entanto, dadas as limitações políticas e orçamentárias das IES em conseguir outorgas, que as levaram a ser preteridas por instituições públicas criadas especificamente para fazer radiodifusão, assim como o limitado espaço no espectro para emissoras sem fins comerciais,

1 | Presidentes da ABTU de 2000 a 2020.

os quase trinta anos iniciais da TV universitária foram trilhados a passos de tartaruga. Quando, entretanto, a lei de cabodifusão determinou que, em cada cidade onde existisse uma operação de TV a cabo, os responsáveis deveriam oferecer “um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município da área de prestação de serviço” (BRASIL, 1995, pp. Art. 21, I, c), sem custo para as instituições senão o de produção, uma onda de empolgação tomou setores do mundo universitário e na cidade gaúcha compareceram cerca de 50 instituições, praticamente o dobro das então emissoras abertas de IES. Muitas delas, já com tevês novinhas em pleno funcionamento!

Era uma época de entusiasmo com a TV a cabo, que estaria destinada a ser a nova forma de se ver televisão no país. Embora cara naquele momento, dada a relação visceral do brasileiro com a TV aberta, gratuita e já universal, acreditava-se que era uma questão de tempo seu preço baixar, de tal maneira que até as populações mais carentes poderiam ter acesso, senão à programação completa, pelo menos aos canais gratuitos, onde as tevês universitárias já haviam garantido seu lugar. O tempo mostrou o quanto estávamos iludidos. A TV paga nunca deixou de ser um produto elitizado e, mesmo entre esse público, os canais mais assistidos seriam os mesmos comerciais que estavam no sinal aberto, mais alguns novos pouco diferentes deles, para desgosto

daqueles que torciam pela pluralidade de conteúdos televisivos.

Mas, naquele momento, só queríamos crescer e nos fazer relevantes, naquela utopia onde as tevês universitárias entrariam na grade de programação oferecida aos brasileiros, senão competindo com as tradicionais emissoras comerciais, no mínimo ombro-a-ombro com as emissoras educativas que, também naqueles anos, tinham algum destaque, com várias antenas surgindo e a forte programação infantil da TV Cultura de São Paulo como uma vistosa vitrine. Nos imaginávamos como parte desse movimento, que avançaria como um enxame de BBCs pelo país afora, mantidas pelo conhecimento e pela convicção e entusiasmada motivação de usar as televisão para o efetivo interesse público.

A turma saiu entusiasmada do evento e, de cara, duas propostas estavam concretizadas: a primeira, mais sólida, era a criação de uma rede de intercâmbio de programação. Havia inúmeras horas inéditas de programação sendo produzidas diariamente, em volume próximo ao de uma grande rede de TV. Assim, se cada emissora pudesse ter programas de suas congêneres, seria possível montar grades variadas e de permanente renovação, não só para cada emissora em particular, mas igualmente para viabilizar os canais universitários previstos na lei, o que seria nossa primeira grande ocupação de terreno, no grande plano nacional de invadir o

imaginário dos telespectadores. O gargalo era: como enviar as fitas de uma emissora para outra? Sim, parece que foi no Século XIX, mas em eras paleolíticas da internet, os correios eram a única opção de mandar conteúdo. Acreditávamos que seria fácil, afinal todos estávamos com ótima boa vontade, mas na verdade o tráfego das fitas mostrou-se um enorme problema, que só foi superado quando a internet ganhou robustez e a ABTU finalmente colocou no ciberespaço a RITU – Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária, algo de que falaremos mais adiante.

A outra ideia era a da criação de uma entidade que nos ajudasse, não só na tarefa da rede, mas também como instrumento político, que nos alçasse à condição de um segmento de comunicação relevante, como sempre achamos que éramos. Afinal, uníamos o maior e mais popular veículo de comunicação com o ambiente acadêmico brasileiro, representando ali a cultura, a intelectualidade e a ciência brasileiras. O nome já saiu nas conversas: ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária. Nome forte, mas imediatamente batizado por um balde de água fria: alguém levantou a mão e disse que já tinha ouvido falar de alguém ocupando a abreviação, a entidade que agregava as emissoras de TV em frequências UHF. Alguém foi encarregado de verificar se existia a tal entidade, de fato, se haveria possibilidades de negociação quanto ao uso da sigla

(eles bem poderiam ser a ABTUHF...), ou correr para registrá-la, caso a concorrente ainda não o tivesse feito. Foi o que aconteceu.

De qualquer forma, em terras gaúchas a criança foi gerada. No entanto, quase foi abortada em terras mineiras, chegou a entrar em trabalho de parto para ser carioca, mas foi nascer mesmo na capital paulista, somente três anos depois.

### QUANDO A REJEIÇÃO SE TRANSFORMA EM BENÇÃO

Era para a ABTU ter morrido já antes de nascer. Embora orgulhosa e cheia de energia, a turma que agora tocava o sonho da invasão da TV universitária ainda carecia de autoconfiança. Naquele momento da televisão brasileira, as emissoras estatais, na maior parte controlada pelos governos estaduais, estavam bombando, puxadas pela ascensão de audiência da TV Cultura de São Paulo e da TV Educativa do Rio de Janeiro (esta, federal). Ascensão justa, obtida com uma programação infantil premiada e outras atrações que se ofereciam como uma contraproposta atraente à mesmice da TV comercial tradicional, no seu imutável tripé jornalismo/auditório/novelas.

Por uma dessas políticas sazonais porque que passam diversos segmentos no Brasil houve também uma farta distribuição de canais educativos pelos estados, em grande parte dados a

políticos paroquiais, embora algumas IES também tenham sido beneficiadas. Essas pequenas emissoras não tinham capacidade de gerar um número significativo de horas de programação. Associar-se a uma dessas "cabeças de rede", então, era o ideal, ainda mais porque havia um quase total descompromisso entre elas e as suas afiliadas, uma liberdade total para estas fazerem dos programas recebidos o que quisessem em sua grade, algo impensável na relação das redes comerciais.

Naquele contexto, a ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais era uma potência, reunindo figuras notórias da comunicação pública nacional, e com uma representatividade indiscutível, até porque tinha na diretoria das emissoras estaduais figuras regionais igualmente notórias. Embora a primeira emissora educativa do Brasil fosse justamente uma universitária, não nos ocorria muito que fazíamos parte dessa elite. Ao contrário, nossa convicção era de que, se quiséssemos o nosso lugar ao sol, deveríamos estar junto com os gigantes, talvez até mesmo tutelados por eles. Algo, inclusive, que de forma alguma é estranho ao mundo universitário. Cheios de vontade, já no ano seguinte ao encontro inaugural de Caxias do Sul, realizamos em Ouro Preto/MG o II Fórum Brasileiro de Televisão Universitária. Mas o plano incluía a realização do evento em conjunto com uma reunião da ABEPEC. Era uma estratégia para armar o

nosso bote: solicitar a afiliação das emissoras universitárias à entidade ou, no mínimo, criar um puxadinho para a gente lá. Por que criar uma associação, afinal, se já havia uma tão forte? Criamos um lindo documento numa madrugada da cidade histórica para encaminhar aos dirigentes da ABEPEC, com um arrazoado tão apaixonado das nossas pretensões que, na nossa ilusória convicção, seria impossível dizerem não. Contávamos com bons trunfos: já havia emissoras universitárias no seu meio – aquelas que acumulavam a vinculação acadêmica e estatal —, elas funcionavam plenamente e, ora, era a Universidade Brasileira que pleiteava mais espaço!

Bem, a resposta foi um sonoro não. Do ponto de vista dos "gigantes", nem sequer televisão podíamos ainda nos denominar. Partindo de um conceito que não veria a luz no Séc. XXI, eles entendiam que televisão tinha que ter antena, outorga de uma frequência de radiodifusão, estrutura grande, orçamento assegurado, muita produção própria etc. Quase nos deram um tapinha na cabeça e disseram: “Cresçam e depois venham falar com a gente”. Na verdade, temiam perder o controle político da entidade, porque éramos muitos canais e logo teríamos maioria de votos nas decisões. Seja como for, negaram. Pode-se imaginar o nível de frustração no nosso lado. Ainda bem que Minas Gerais tem histórico de rejeição e superação, pois logo deixamos para trás a ABEPEC e

partimos para o próximo passo. Se não nos queriam com eles, que fizéssemos a nossa própria entidade.

### UMA DIFERENÇA CONCEITUAL ENTRE UM "ÃO" E UM "ÕES"

O ano seguinte, 1999, foi de novas articulações. A rejeição em Ouro Preto tinha fortalecido o projeto da ABTU. Tudo foi organizado para a sua fundação no Rio de Janeiro, onde, como em São Paulo, operava na TV a cabo um canal universitário pulsante, cheio de universidades trabalhando em conjunto, com uma grade de programação compartilhada por temática que era inovadora, gerava metodologia para outros canais. Ao fundar a entidade lá, de cara atrairíamos para ela aquelas IES nacionais importantes da UTV-Rio, estabelecendo pilares fortes de sustentação política. Tudo estava organizado para acontecer, portanto, durante o III Fórum de Televisão Universitária, que os cariocas promoveriam. Só não contávamos que uma característica tipicamente universitária — o debate conceitual — acabasse se tornando mais um empecilho para o surgimento da ABTU.

A questão era relativamente simples: quem deveria se associar à futura entidade? As IES constituintes dos canais universitários, individualmente? Ou os próprios canais, as organizações constituídas em conjunto pelas IES? Quem defendia a segunda opção tinha como argumento que tudo aquilo que estava acontecendo

era devido à Lei do Cabo, e que nessa legislação a figura descrita era a de canais que congregassem universidades (inclusive excluindo também os centros universitários e as faculdades). Essa opção seria também mais econômica, claro, porque as universidades não pagariam mensalidades à ABTU individualmente, rateariam o pagamento do canal. Já os da primeira opção argumentavam a questão representativa e financeira, pois a associação por IES permitiria muito mais afiliados e eles poderiam vir das mais diversas configurações, não só do cabo como das emissoras abertas, públicas ou comerciais exploradas por universidades, ou mesmo de IES de toda natureza: universidades, centros e faculdades.

A reunião foi tensa e não houve como chegar a um consenso. Ao partirmos para uma votação, a opção pela afiliação por IES foi a majoritária, mas o 'climão' foi quem ganhou. Afinal, os maiores defensores da opção pelos canais universitários eram justamente os anfitriões, as instituições fluminenses, e não fazia sentido fundar uma entidade que se propunha ser agregadora justamente no campo dos que sentiam-se derrotados. Melhor conversar mais. O evento deixaria cicatrizes e a ABTU teria dificuldades em filiar fluminenses. Ainda hoje o problema persiste, com exceção da PUC Rio, que teve assento na diretoria e foi importante na trajetória da entidade.

O que restou daquele encon-

tro, no entanto, foi uma mudança semântica, determinante para tornar moderna a entidade que surgiria em seguida. Investiu-se, durante os debates, até mesmo para tentar incorporar os argumentos dos canais universitários, que aquilo tudo não se tratava de um clube de televisões, mas de um conceito de produção audio visual, que se propunha a ser diferente do ofertado tanto pelas emissoras comerciais, como pelas estatais. A entidade como centro de conhecimento: era isso que tinha de transparecer, não a configuração jurídica. Assim, caiu o conceito limitado de uma organização para congregar "televisões" universitárias e entrou o de uma associação de "televisão" universitária, singular em todos os sentidos, com o propósito de defender o campo todo, o ideal da universidade comunicar-se por TV, e não simplesmente as instituições filiadas, que comungariam do mesmo propósito e, claro, seriam devidamente representadas.

Duas décadas depois, a ideia de nos organizarmos em torno de um conceito, uma maneira de produzir televisão, um fazer universitário, se mostra perene. Infelizmente, por motivos quase exclusivamente econômicos, os canais universitários e as televisões educativas e estatais (junto com a sua entidade) perderam relevância. Com o crescimento vertiginoso da internet e o surgimento de novas ferramentas digitais, tornou-se muito mais barato e conveniente para as IES operar canais de webtv, ou seja, transmitir televisão por strea-

ming de vídeo, em tempo real ou sob demanda. Percebeu-se, então, que um bom conceito não depende do veículo. Ele é que se adapta ao conceito. Mas voltamos ao momento histórico em que ele nasceu.

### FINALMENTE

No dia 30 de outubro de 2000, enfim, no histórico espaço PUC Arena, auditório da PUC São Paulo, instala-se a assembleia que funda a ABTU, “entidade destinada a congregar e representar as instituições de ensino e pesquisa que realizam atividades regulares no campo da televisão educativa e cultural do Brasil”. A exatidão da data, pontualmente três anos depois do I Fórum em Caxias, é mesmo coisa de quem trabalha com televisão. 25 IES são consideradas fundadoras, mas havia colegas de várias outras escolas, que, à falta de uma representatividade formal, acharam por bem não associá-las já naquele momento, antes da aprovação de sua reitoria.

Escaldada das experiências anteriores frustradas, a turma já chegou com tudo combinado. Foi um ano de intensas negociações, mas também de um clima salutar entre as IES. Os canais universitários comprovaram, naquela ocasião, que a cooperação era produtiva para todos. Apesar das dificuldades logísticas, fitas de colegas transitavam pelo país e era bonito ver programas de Minas passando no Rio Grande do Sul, produções

nordestinas sendo veiculadas no centro-oeste, paulistas permutando programas com cariocas. A ABTU sempre se preocupou em ser representativa nacionalmente e sua primeira diretoria, por exemplo, já tinha representantes de todas as regiões do país, exceto o Norte, que estaria presente em diretorias seguintes.

Essa política não servia apenas para produzir fotos bonitas da nossa diversidade. Recordando o seu objetivo, era fundamental para as pretensões da entidade que os poderes políticos e as demais instituições sociais enxergassem na ABTU o verdadeiro retrato nacional da TV universitária. Junto com a busca pela rede de intercâmbio, ainda merecedora de uma centralidade, a representação nacional tem sido o principal foco da entidade. E o objetivo que alcançou primeiro.

### UM FÓRUM PARA CHAMAR DE NOSSO

A entrada de importantes IES públicas e privadas na ABTU, combinada com uma política dos seus mantenedores de colocar nas coordenações de suas tevês profissionais com experiência de mercado, deu ânimo ao segmento, que rapidamente se encorpou enquanto uma nova alternativa de produção de televisão. Se ainda se mantinha distante da grande audiência, naquele início de Século XXI, as TVs Universitárias estavam sintonizadas em um movimento pela democratização e ampliação da comunicação social. Outros segmentos semelhantes, como as TVs comunitárias e legislativas, também ganhavam força.

Fórum ABTU TV Morfosis



A ABTU, por conta da experiência de gestão acadêmica de seus membros, se torna uma entidade sólida, com administração eficiente. Mesmo com poucos recursos, provindos apenas de mensalidades baixas, nunca teve problemas de caixa ou deixou de cumprir obrigações fiscais. E avançou, ampliando seus filiados. A solidez e o crescimento chamaram a atenção da Unesco que, já em 2003, encomendou uma ampla pesquisa, para fazer o que seria o primeiro diagnóstico da televisão universitária brasileira (Peixoto, Priolli, 2004). Naquela ocasião, o seu Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y El Caribe – IESALC já notava o crescimento dos veículos de comunicação voltado ao interesse público e fazia um levantamento continental, em parceria com entidades representativas. Com apenas três anos de existência, ser chancelado pela Unesco era um sinal claro que a entidade já estava avançada no seu objetivo de representar o campo.

No Brasil, as movimentações políticas que necessitavam de opiniões e posições da área televisiva viam autoridade nos profissionais e professores da ABTU, e torna-se comum a requisição oficial da entidade. Em razão do seu prestígio, a associação tem assento em importantes instâncias federais de suporte a decisões no campo da comunicação, como o Conselho de Comunicação Social, do Congresso Nacional; o Conselho Superior de Cinema, vinculado à

República; e o Comitê Consultivo do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, do Ministério das Comunicações. Atenta a esses sinais de influência crescente, a ABTU vê a oportunidade de iniciar um movimento ainda maior: o de ampliar a atuação política de todas as emissoras voltadas ao interesse público. Uma coincidência logística vem ajudar: em 2005 e 2006, as quatro entidades que englobam as emissoras universitárias, legislativas (Astral), comunitárias (ABCCom) e educativas (Abepec) têm alguns dos seus principais dirigentes morando em Belo Horizonte/MG. Daí, podem realizar uma série de encontros, que levam à realização do primeiro grande evento do setor: o I Fórum Nacional de TVs Públicas (Ministério da Cultura, 2006).

Oficializado pelo Ministério da Cultura, o evento praticamente criou o hoje chamado "campo público da televisão", conceito que a ABTU formulou e que passou a ser universalmente adotado (Ministério da Cultura, 2006). Uma série de encontros e atividades reuniu dados para fazer um amplo diagnóstico desse novo segmento. Abriu um intercâmbio sem precedentes entre as emissoras e deu uma base sólida para a legislação que definiria a EBC – Empresa Brasil de Comunicação. Acima de tudo, desenhou o esboço, infelizmente mal sucedido na implementação, do que deveria ser uma televisão pública nacional, que congregaria todas as emissoras do campo no ambiente

de multiprogramação da TV digital e serviria como um contraponto à TV comercial tradicional brasileira.

A ABTU teve importante participação nesse Fórum e também no segundo e último, que não logrou a mesma força e impacto do primeiro. Sua atuação política foi decisiva para a aprovação da lei da EBC e também para obter modificações importantes na legislação relativa à TV universitária. Avanços como a abertura do compartilhamento de canais universitários também aos centros universitários e faculdades, a prioridade para as IES na concessão de outorgas de emissoras educativas de sinal aberto e o acesso aos fundos setoriais de produção audiovisual. A requisição de presença e participação da ABTU em consultas públicas, câmaras setoriais, atividades regulatórias e eventos de toda ordem continuava comprovando a importância da entidade como o grande instrumento político da universidade brasileira no debate das comunicações.

Essa representação também se deu fora do âmbito público, nas parcerias com entidades privadas estabelecidas pela ABTU. O Canal Futura, no seu projeto de expansão da TV por assinatura para os sinais abertos, priorizou as TVs Universitárias para formar a sua rede. Em encontros e seminários com a associação, buscou informações e construção de conhecimentos para essa aproximação, assim como desenvolveu projetos em

conjunto, como o Curtas Universitários, posteriormente acolhido pela TV Globo, que formou e premiou muitos estudantes na produção audiovisual entre 2013 até 2018, seu último ano de realização até o momento.

uma referência internacional, tanto pelo número de emissoras universitárias no território, sem comparação com outros países,

cionais de entidades como a TAL – Televisão América Latina e a ATEI – Asociación de Televisiónes Educativas y Culturales Ibero-americanas. E inspirou a criação de entidades semelhantes, com o Zoom – Canal Universitário Nacional da Colômbia.

X Fórum: Cinemateca, SP, 2000



Nos anos 2000, o Festival de Cinema em Gramado ampliou seu campo de atividades no audiovisual, com o Gramado Cine Video. Os organizadores, então, convidaram a ABTU a realizar dois eventos sucessivos, os Seminários de Programação de Televisão, onde a entidade levou nomes da televisão brasileira para debates com estudantes, professores e profissionais do audiovisual. No âmbito dessa colaboração, a ABTU apoiou Gramado na consolidação nacional de seu Festival de Video Brasileiro Universitário e Independente, que, até no momento, é o único no país a laurear produções ligadas às TVs universitárias, numa categoria específica de premiação.

tanto pela capacidade de organização política que a entidade oferece ao segmento. Graças a essa potência, a ABTU associou-se a projetos a projetos transna-

Festival de Gramado 2007



A ABTU também se tornou



### RITU – REDE DE INTERCÂMBIO DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA

Em paralelo às parcerias e aos já constantes convites de participação em eventos públicos, no campo da produção audiovisual e da radiodifusão brasileira, internamente a ABTU ainda trabalhava para viabilizar o seu maior sonho de origem, a

O grande desejo daqueles de 1997 e dos anos seguintes à fundação da entidade era o de viabilizar o intercâmbio de programas entre as emissoras do segmento, para ampliar suas grades de programação e a visibilidade de suas produções. Como as TVs Universitárias não tinham as amarras das concorrentes comerciais, era até um prazer para cada uma colorir sua programação com produções de norte a sul e de leste a oeste, com sotaques e formatos os mais diferenciados, oferecendo uma diversidade que somente essas emissoras poderiam ter.

O problema para conseguir isso, no entanto, era prosaico: gravar e enviar fitas tinha um custo enorme para equipes em geral reduzidas e orçamentos sempre enxutos. Disponibilizar

uma máquina para copiar programas e despachá-los pelo correio para a TV Universitária co-irmã consumia recursos humanos e financeiros necessários à própria emissora. Além disso, a velocidade e factualidade são elementos importantes em televisão e ficar à espera da eficiência dos correios nunca foi de pouca ansiedade.

A alternativa digital não era mais animadora, naquele momento. Lembremos que, no início da internet brasileira, que coincide com o dos canais universitários na TV a cabo (1995), a banda disponível para trânsito de informação era algo limitadíssimo. Se para receber um email em conexão via telefone era preciso ter paciência, imagine-se o envio e recebimento de vídeos, muitíssimo mais pesados. Portanto, naqueles primórdios, o custo de envio de material audiovisual era alto e, certamente, não cabia no orçamento das emissoras.

Mas, na mesma ocasião, a RNP – Rede Nacional de Pesquisa, a infraestrutura estatal de internet que ligava a comunidade acadêmica brasileira, passava pelo problema de ampliar sua capacidade de transmissão. Testava um novo sistema para obter isso e não havia nada melhor para os testes do que os pesados produtos audiovisuais. Dada a finalidade do serviço da RNP, ela não poderia usar qualquer produto nessa experiência, mas sim aqueles ligados às comunidades originalmente atendidas pela rede de dados.

Deu-se, então, uma conjunção perfeita de necessidades.

Há diversos setores na universidade brasileira que, até historicamente, produzem vídeos. No entanto, o que a RNP precisava para testar seu novo sistema era volume e regularidade. De nada adiantaria transmitir vídeos de forma esporádica e sazonal, pois isso nunca permitiria avaliar o comportamento da rede, quando exigida em sua capacidade máxima de tráfego. A ABTU, assim, tornou-se a parceira adequada para os testes. Ela se comprometeu, junto com as suas afiliadas, não só a fornecer um conteúdo constante e farto, como também a prover os equipamentos nas pontas de envio e chegada do material, diretamente dentro das TVs Universitárias. O projeto-piloto já começaria grande e, passada a fase de testes, teria rápida implantação nas IES ligadas na RNP. Naquelas ainda não associadas à rede, as facilidades de troca de material audiovisual e as necessidades de suas tevês iriam atraí-las, ampliando a abrangência da RNP.

Em 2008, um software é desenvolvido pelo Laboratório de Aplicações e Vídeo Digital da Universidade Federal da Paraíba (Lavid/UFPB), para servir como middleware, a plataforma de operação do sistema. O Lavid tinha uma grande proximidade com as TVs Universitárias, tanto porque a UFPB possuía uma atuante emissora, como era parceira constante da ABTU em eventos e no desenvolvimento de

projetos para a TV Digital. Com essa expertise, o Lavid entendia as dificuldades das emissoras universitárias e desenvolveu um programa acessível. Assim, a RNP e a ABTU lançaram a RITU. As tevês mais beneficiadas foram aquelas que já constavam no mapa da rede, assim como os canais universitários, boa parte deles contando com alguma grande universidade já usuária da RNP.

A iniciativa sofreu todos os males de um projeto pioneiro, enfrentando problemas técnicos e políticos. Houve um desnecessário embate de algumas instituições federais contra a ABTU, sob o argumento de que a organização representava IES privadas e não poderia ser conectada a uma rede de dados destinada exclusivamente à universidade pública. Uma posição sectária e sem sentido, porque a ABTU sempre teve um número significativo de IES públicas entre as afiliadas e as IES privadas que representa sempre buscaram atuar com espírito e finalidade pública. Mas o embate acabou inibindo a RNP e fazendo recuar a parceria com a ABTU. De qualquer forma, com todos os percalços, foi um projeto vitorioso, uma vez que, de fato, acabou com o trânsito de fitas entre as poucas emissoras que foram interligadas, além de provar que, com um software adequado e customizado, era possível fazer uma rede baseada na internet, algo que ainda gerava muitas dúvidas à época.

O desafio da ABTU passava a ser o de não depender do Estado para operar em rede, vencendo limitações técnicas e financeiras do sistema testado que poderiam levar à exclusão de TVs Universitárias de pequeno porte. Era preciso usar as vantagens que a internet agora oferecia, com a enorme ampliação de sua abrangência.

Prof. Gabriel Priolli Presidente (2000-2008).  
Homenagem como eterno Presidente de Honra 2006



Entretanto, esse projeto pioneiro de intercâmbio de conteúdo audiovisual com tecnologia da internet acaba ficando restrito a poucas universidades. O que poderia ser um exemplo para todo o mundo é inviabilizado, pelos motivos políticos e técnicos já citados. O software do Lavid/UFPB acaba sendo entregue, em definitivo, a outro sistema de intercâmbio entre emissoras de TV, o das tevês públicas afiliadas à EBC-Empresa Brasil de Comunicação. A RNP estabe-

lece que, para usufruir dele, a ABTU teria que pagar uma conta mensal por associada — algo inviável para as suas possibilidades. Isso se dá também porque o laboratório paraibano havia transferido a tecnologia para uma empresa privada

Depois de várias pesquisas em busca de alternativas viáveis para o caixa da ABTU, a RITU ressurge em 2011, em um modelo MAM (Media Asset Management). Desta vez, em parceria com a Razuna, uma empresa europeia hoje estabelecida nos EUA, que havia desenvolvido um sistema simples para emissoras educativas da Suécia. Desde 2019, finalmente, a ABTU desenvolve um novo sistema com a brasileira Mediaportal, muito mais moderno e adequado ao panorama tecnológico atual.

## ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A ABTU enveredou também pelo tripé que sustenta a universidade brasileira. Alguns projetos de pesquisa, de extensão e de ensino foram desenvolvidos ao longo das duas décadas. O mais perene e constante foram os Fóruns Brasileiros de Televisão universitária, dando continuidade aos primeiros de Caxias do Sul e Ouro Preto, e aconteceram em diversas cidades pelo país, ao serem recebidos pelas TVs Universitárias locais, mas com destaque, pela recorrência, em Fortaleza/CE (TV Unifor) e São José dos Campos/SP (TV Univap). Nos eventos, uma

ampla programação que tinha como objetivos o intercâmbio de arcabouços teóricos e práticas da produção audiovisual de experiências internacionais e nacionais, ligadas ou não à produção universitária; a troca de vivências entre as TVUs; divulgação de projetos; apresentação de trabalhos científicos e a boa e velha confraternização daquele/as que passaram a se autodenominarem ‘Exercito de Brancaleone’<sup>2</sup>; dada a nossa perseguição um tanto sonhadora por um projeto social e acadêmico de televisão universitária. Nos primeiros anos, os Fóruns eram anuais e foram ficando espaçados por falta de recursos, tanto de quem produzia, quanto de quem se deslocava para os eventos. Ainda assim, nunca se passaram dois anos sem que não houvesse um Fórum.

A Revista ABTU, existente desde 2013, é a única revista acadêmica especializada em TV Universitária e TV Pública, e publica artigos de estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais e pesquisadores que fizeram investigações sobre o segmento. Tem o objetivo de reunir e ser fonte de conhecimentos sobre TV Universitária, auxiliando novas pesquisas e pesquisadores, além de fornecer soluções testadas para as equipes das emissoras, que possam ajudá-las no aprimoramento e inovação de seus processos.<sup>3</sup>

O mapeamento das TVs universitárias no Brasil se iniciou apenas dois anos depois do surgimento da ABTU e, até

no momento, foram quatro os levantamentos efetuados. A cada edição, percebe-se o aumento do número de emissoras, que já ultrapassa 180 (Borges, Magalhães, 2020), e em cada momento a pesquisa reuniu estudantes e professores de graduação e pós stricto sensu, de diversas instituições de ensino.

Outras pesquisas, que resultaram em publicações para também ampliar o repertório das equipes das TVs, analisaram formas de financiamento, propuseram projetos para serem realizados com escolas locais e deram orientações práticas sobre os direitos autorais no audiovisual. O material é disponibilizado gratuitamente, não somente para os afiliados, mas a quem quiser pesquisar ou abrir uma TV Universitária.<sup>4</sup>



### O TUB – TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA E OS NOVOS DESAFIOS

Assim, passadas duas décadas da ABTU, a televisão univer-

sitária brasileira tem uma bela história a ser contada. Mas ainda há inúmeros desafios, dos quais se destacam dois principais.

Ao longo dos anos, vencido o desafio da RITU, percebeu-se que, com o volume de produção regular já obtido pelo conjunto das TVs Universitárias, a criação de um canal universitário nacional era possível. O maior capital de uma emissora de TV é o seu conteúdo e a playlist da RITU em funcionamento credenciava a associação a pensar seriamente no assunto. O problema passava a ser o canal, ou, mais propriamente, onde estaria esse canal nacional.

A Lei do Cabo e a Lei do SeAC (BRASIL, Lei 12.485, 2011), dos chamados Serviços de Acesso Condicionado, como o provimento de conteúdos por streaming de vídeo na internet, ou quaisquer forma de TV paga) impõem a obrigatoriedade das operadoras garantirem o carregamento de um canal universitário, gratuito, para os seus assinantes. Mesmo que os serviços tradicionais de cabo e satélite (DTH) estejam em retração de mercado, com o avanço das provedoras de streaming, o canal nacional ofereceria uma série de vantagens ao segmento universitário.

Os canais universitários desocupados nas operadoras locais de cabo, ou subutilizados pelas IES usuárias, poderiam preencher o seu tempo ocioso reproduzindo o sinal da emissora nacional, o que lhe permitiria atingir os 6 milhões de lares ainda servidos

2 | Incrível Exército de Brancaleone (1966) é um clássico do cineasta italiano Mario Monicelli que mostra as aventuras satíricas de uma hoste na Idade Média, inspirada nas peripécias de Dom Quixote de Miguel de Cervantes.

3 | <https://www.abtu.org.br/publicacoes>

4 | idem

por essas operadoras. O canal nacional abriria para o segmento universitário o considerável mercado de mais de 8 milhões de assinantes de DTH<sup>5</sup>. E o novo canal criaria a possibilidade de projetos nacionais entre as instituições, como, por exemplo, séries onde cada emissora contribuisse com um episódio, baseado em sua cultura regional. Tudo isso ampliaria bastante a visibilidade da televisão universitária, para especial agrado das mantenedoras de IES, sempre de olho na relação custo-benefício do investimento nesse campo.

A viabilização do canal nacional, no entanto, tem dificuldades políticas e financeiras. Os custos são maiores do que a da RITU, uma vez que prevê uma logística complexa, mesmo com operações automatizadas, para se montar e veicular uma grade dinâmica e constantemente renovada. Nas questões políticas foram necessários anos de atuação discreta, mas permanente, junto aos órgãos públicos, como a Anatel, para consolidar a ABTU como legítima programadora de um canal nacional universitário. Os canais nacionais previstos na legislação ainda não são ocupados em nenhuma plataforma, mas as negociações com as operadoras agora dependem apenas de recursos, para consolidar a central de exibição. De qualquer maneira, o TUB – Televisão Universitária Brasileira já é uma realidade. Na crescente plataforma Dailymotion<sup>6</sup>, o canal contribui na difusão e visibilidade dos conteúdos da RITU, fomentando

equipes de estudantes, educadores e profissionais a produzirem conteúdos educativos, culturais e científicos.

A visibilidade, aliás, é o foco para o segundo desafio: o de convencer as reitorias e mantenedoras da importância das TVs Universitárias. No meio da década passada, a ABTU chegou a estabelecer contato com o CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, participando de eventos comuns. No entanto, a dinâmica furiosa da educação superior brasileira, onde as pautas se alteram a cada crise, fez com que algumas entidades não dessem continuidade a seus projetos de TV, o que afetou a construção política de um relacionamento mais estável com o CRUB.

ABTU alcançou reconhecimento além dos muros da universidade, ainda tem dificuldades de convencer a própria instituição para a qual existe. O que é difícil de entender, porque, se a finalidade da Universidade é oferecer ensino, pesquisa e extensão, ter à sua disposição um meio técnico que comprovadamente faz as três coisas oferece um conjunto de benefícios, muito mais que dificuldades.

Profs. Fabiano Pereira(2020-momento), Fernando Moreira (2012-2020) e Claudio Magalhães (2008-2012) - Presidentes



Mal crônico do segmento, o alheamento dos gestores quanto ao potencial da televisão universitária leva a que apenas 6% das IES brasileiras, aproximadamente, tenham a sua TV (Borges & Magalhães, 2020). Ou seja, se a

5 | Anatel/ABTA - mês base: Novembro/2019

6 | <https://www.dailymotion.com/video/x7mqska>

De qualquer forma, é assim que pensa, felizmente, um número crescente de IES, unidas em torno do propósito de fazer do principal meio de comunicação do país uma ferramenta efetiva de educação, cultura e formação de cidadania. Para essa luta, elas podem contar com a sua inarredável trincheira: a Associação Brasileira de Televisão Universitária. Um sonho de pioneiros, que se converteu em projeto, tornou-se obra e é uma realidade que se projeta no futuro.

#### REFERÊNCIAS

- Borges, Ricardo; Magalhães, Cláudio. Mapa 4.0 TV Universitária Brasileira. 2020. Disponível em: <http://mapatvu.org.br/>
- BRASIL. Decreto-Lei no. 236, 28 de Fevereiro de 1967. Brasília/DF. 1967
- BRASIL. (1995). Lei no. 8.977, 6 de Janeiro de 1995. Brasília/DF. 1995.
- BRASIL. Lei 12.485, 12 de Setembro de 2011. Brasília/DF. 2011.
- De Carli, A. M., Trentin, A. N. A TV da Universidade. Caxias do Sul/RS: UCS. 1998.
- Fradkin, A. História da Televisão Pública/Educativa. In: Carmona, Beth; Flora, M. A. O desafio da TV pública: um reflexão sobre sustentabilidade e qualidade (pp. 56-62). Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.
- Ministério da Cultura. I Fórum Nacional de TV's Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão (Caderno de Debates). Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
- Peixoto, Fabiana; Priolli, Gabriel. A Televisão Universitária no Brasil: Os Meios de Comunicação nas Instituições Universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: Unesco/ABTU, 2004.